

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 6.

Marcus Lucius

Era um comício numa praça da cidade. O prefeito exaltava, orgulhoso, a retomada do crescimento, as cores da bandeira, o hino municipal e o escambau. De repente, o chão começou a tremer. Uma enorme fenda abriu-se no chão. Todos pensaram que era a sétima trombeta do Apocalipse e se afastaram.

A guarda acalmou os ansiosos e afastou os curiosos. Os sábios da cidade reuniram-se rapidamente e aconselharam o prefeito: era necessário que um munícipe corajoso saltasse voluntariamente para o abismo e a fenda fechar-se-ia. Então, levantou-se Marcus Lucius, olhou nos olhos de todos e disse: “façam por merecer”. E simplesmente saltou para nunca mais ser visto.

Internet: <folhadabaixada.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 1

A estrutura e o conteúdo do texto permitem concluir que ele pertence ao gênero

- (A) fábula, já que, mesmo de modo implícito, há personagens não humanas que ensinam alguma lição.
- (B) notícia, já que o objetivo principal do texto é informar, de maneira imparcial, sobre um fato que ocorreu em algum lugar.
- (C) reportagem, haja vista a riqueza de detalhes empregados para informar o leitor sobre uma sequência de fatos que levaram até o acontecimento principal.
- (D) artigo de opinião, porquanto a opinião do autor manifesta-se de maneira explícita, e é o ponto principal da narrativa.
- (E) conto, vez que o conto é uma narrativa normalmente curta, a qual é mais ficcional do que a crônica e é focada em um único conflito principal.

QUESTÃO 2

Em “O prefeito exaltava, orgulhoso, a retomada do crescimento”, o termo “orgulhoso” funciona como

- (A) adjunto adnominal.
- (B) predicativo do sujeito.
- (C) predicativo do objeto direto.
- (D) aposto.
- (E) sujeito.

QUESTÃO 3

O acréscimo da palavra “jamais” após a palavra “fenda” no trecho “a fenda fechar-se-ia” teria como resultado a

- (A) antecipação do pronome “se” ao verbo.
- (B) manutenção da estrutura como está.
- (C) posposição do pronome “se” ao verbo.
- (D) incorreção gramatical da estrutura.
- (E) manutenção da correção gramatical, mas o prejuízo ao sentido original.

QUESTÃO 4

Na frase “Todos pensaram que era a sétima trombeta do Apocalipse e se afastaram”, a palavra “que” introduz

- (A) uma característica de um núcleo substantivo por ela retomado.
- (B) um complemento de um nome por ela retomado.
- (C) uma circunstância de tempo ligada a um verbo.
- (D) um complemento oracional de um verbo.
- (E) um sujeito oracional posposto ao verbo.

QUESTÃO 5

A oração “que um munícipe corajoso saltasse voluntariamente para o abismo” funciona sintaticamente como

- (A) predicativo do sujeito, pois, em estruturas do tipo verbo ser + adjetivo + oração iniciada por “que”, essa oração sempre será predicativa.
- (B) objeto direto, porque, em que pese o verbo ser de ligação, a oração que aparece depois será o seu complemento.
- (C) sujeito, pois a concordância entre sujeito e verbo é feita na terceira pessoa do singular quando o sujeito é oracional.
- (D) adjunto adnominal, porque é iniciada por pronome relativo.
- (E) adjunto adverbial, porque é informação acessória.

QUESTÃO 6

Nas frases “Os sábios da cidade reuniram-se rapidamente e aconselharam o prefeito” e “era necessário que um munícipe corajoso saltasse voluntariamente para o abismo”, as palavras “rapidamente” e “voluntariamente”

- (A) são adjuntos adverbiais que introduzem circunstância de tempo.
- (B) são adjuntos adverbiais que introduzem circunstância de intensidade.
- (C) são adjuntos adverbiais que introduzem circunstância de gradação.
- (D) são adjuntos adverbiais que introduzem circunstância de negação.
- (E) são adjuntos adverbiais que introduzem circunstância de modo.

QUESTÃO 7



Considerando a proposição “Se Igor usa barba, então Ulisses usa óculos”, assinale a opção que apresenta a negação dessa proposição.

- (A) Igor usa barba, e Ulisses não usa óculos.
- (B) Se Igor usa barba, então Ulisses não usa óculos.
- (C) Igor não usa barba, ou Ulisses usa óculos.
- (D) Igor não usa barba, e Ulisses usa óculos.
- (E) Se Ulisses não usa óculos, então Igor não usa barba.

QUESTÃO 8



Magali realizou 5 saltos ornamentais. As notas (de 0 a 10) de 4 deles foram: 7,5; 8,3; 9,4; e 8,8. Já a média final, calculada pela média aritmética simples das 5 notas, resultou em 8,4.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a nota faltante.

- (A) 7,9
- (B) 8,0
- (C) 8,1
- (D) 8,2
- (E) 8,4

QUESTÃO 9



Paula comprou uma nota adesiva para organizar os estudos, com área de 1.900 mm² e largura 12 mm maior do que a altura.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a altura dessa nota adesiva.

- (A) 25 mm
- (B) 30 mm
- (C) 38 mm
- (D) 40 mm
- (E) 46 mm

QUESTÃO 10



Gael comprou um saquinho com jujubas vermelhas, laranjas, amarelas, verdes e roxas, com 8 de cada cor. Ele tirava e comia as jujubas uma a uma de forma aleatória, sem reposição.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o número máximo de jujubas que ele precisa comer para garantir que terminou todas as jujubas de uma mesma cor.

- (A) 31
- (B) 33
- (C) 34
- (D) 35
- (E) 36

QUESTÃO 11



Um dado honesto de 4 lados, com faces 1, 2, 3 e 4, será lançado 2 vezes consecutivas.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a probabilidade de a soma dos resultados ser, pelo menos, 6.

- (A) $\frac{1}{4}$
- (B) $\frac{3}{8}$
- (C) $\frac{5}{16}$
- (D) $\frac{1}{2}$
- (E) $\frac{9}{16}$

QUESTÃO 12



Em uma loja virtual, um *notebook* recebeu três descontos sucessivos: primeiro 15%; depois 20%; e, por fim, 25%.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o desconto único equivalente aplicado de uma só vez.

- (A) 40%
- (B) 45%
- (C) 48%
- (D) 49%
- (E) 51%



RASCUNHO

QUESTÃO 13



Em meio à urgência em reduzir as emissões de gases de efeito estufa, a Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, surge como alternativa promissora. Pesquisa do Observatório do Carbono, da Água e da Energia na Caatinga, vinculado ao Instituto Nacional do Semiárido (Insa), revela que essa floresta seca armazena cerca de 12 bilhões de toneladas de carbono e pode capturar quase 3 bilhões por ano. Com vegetação resistente à estiagem e alta capacidade de regeneração no período chuvoso, a Caatinga entra rapidamente em um ciclo de crescimento acelerado, com potencial de sequestrar CO₂ em níveis superiores aos da Amazônia. A cada 100 toneladas de carbono absorvidas pela Caatinga, até 58% permanecem retidos no solo ou na vegetação. Na Amazônia, embora a absorção total seja maior, devido à sua vasta extensão, o percentual retido varia de 2% a 12%.

Carta Capital. ed.1387. p.16.

O sequestro de carbono é a remoção e o armazenamento de dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera. Com base nessas informações, assinale a opção que apresenta a função do sequestro de carbono.

- (A) limpar as nascentes dos grandes rios
- (B) aumentar o uso de agrotóxicos nas plantações
- (C) eliminar os raios ultravioleta, causadores de câncer de pele
- (D) combater as mudanças climáticas e mitigar o aquecimento global
- (E) reservar áreas próprias como destino para a recepção de lixo

QUESTÃO 14



Na terça 4, mesmo dia em que transferiu provisoriamente a capital para Belém, o presidente Lula defendeu as pesquisas de exploração da Petrobras e deixou clara sua posição. “Não quero ser líder ambiental. Quero fazer o que os especialistas do meu governo, gente de minha confiança, dizem para fazer. Seria incoerente se, em um ato de irresponsabilidade, eu dissesse na COP30 que o Brasil não vai mais usar petróleo. Não sobreviveríamos sem ele, mas poucos países estão tão próximos disso quanto nós”.

Carta Capital. ed.1387. p.19.

A questão energética é objeto de discussões em um plano global, pois buscam-se alternativas mais baratas e menos poluentes ao que temos utilizado nos últimos séculos. Considerando essas informações, assinale a opção correta, a respeito das matrizes energéticas.

- (A) A energia nuclear é considerada limpa, porque não emite gases de efeito estufa.
- (B) A energia eólica é viável no Brasil, porque não há ventos intermitentes e dependência do vento.
- (C) O baixo custo inicial de instalação e a economia na conta de luz tornam a energia solar uma excelente fonte de energia.
- (D) Na instalação de uma usina hidroelétrica, não há impactos sociais, tampouco ambientais e, por isso, é a principal matriz usada no Brasil.
- (E) A energia maremotriz é viável, pois, além do custo reduzido, não gera impactos ambientais nos ecossistemas marinhos.

QUESTÃO 15



O idadismo é o preconceito, a discriminação e os estereótipos contra pessoas com base na idade, seja jovem ou avançada, embora idosos sejam frequentemente os mais afetados. As questões sobre idadismo podem abordar como ele se manifesta em diversos ambientes (como trabalho, família e escola), quais os efeitos na saúde física e mental das vítimas (solidão, tristeza) e a importância de combatê-lo por meio de leis (como o Estatuto do Idoso) e de iniciativas de integração entre gerações. Há, também, uma outra abordagem dessa problemática, que é a discriminação com relação ao jovem, em que se veem pessoas com menos idade também sofrendo preconceito em várias esferas sociais, o que merece, igualmente, uma observação empática e acolhedora. Com relação ao etarismo, assinale a opção correta.

- (A) A preocupação com relação à idade sempre foi uma preocupação no Brasil, uma vez que a alta qualidade de vida sempre foi uma característica da sociedade no País.
- (B) A pirâmide etária brasileira demonstra, na atualidade, uma discrepância com relação à realidade atual do país, pois o gráfico demonstra um aumento na taxa de natalidade, o que não é real.
- (C) A melhoria na saúde pública em nada interfere no aumento da expectativa de vida, uma vez que esse aumento é um reflexo do maior volume de informação que as pessoas têm acesso.
- (D) O etarismo manifesta-se por meio de estereótipos negativos, como achar que todo idoso é dependente ou que não tem mais capacidade de aprender.
- (E) O número de idosos tem diminuído, pois as pessoas com mais idade vêm apresentando aspecto mais jovial com o uso de cremes e terapias para o rejuvenescimento.

QUESTÃO 16



Os Estados Unidos são o país que mais consome cocaína no mundo. Foram quase 200 toneladas da droga entrando em seu território em 2020, segundo dados das Nações Unidas. O consumo do pó, claro, é um problema de saúde pública no país. Contudo, o foco da nova guerra às drogas não se dá dentro do solo norte-americano, a ideia, como sempre, é encontrar inimigos externos para tentar coibir a oferta e, por consequência, o consumo – ao menos no discurso.

Não é necessário ser especialista em tráfico de drogas para saber que essa abordagem não é eficaz. Assim como se sabe que as guerras iniciadas pelos EUA nos últimos 50 anos possuem desculpas públicas e objetivos ocultos.

Revista Forum nº 188 7/11/2025 pág.43.

Os motivos para as últimas guerras em que os EUA se envolveram são variados e geram muitas discussões e opiniões divergentes. A partir dessas informações, assinale a opção que apresenta a justificativa que os Estados Unidos usam para a entrada em conflitos.

- (A) Combate ao terrorismo: a Guerra ao Terror, iniciada após os ataques de 11 de setembro de 2001, continuou a ser uma justificativa central para operações no Equador, Colômbia e Venezuela.
- (B) Ajudar a implantar a religião protestante (maioria da população estadunidense) como oficial nos países que invade, fazendo com isso, um papel de disseminador dos princípios religiosos.
- (C) Colocação de sua indústria automotiva em todos os continentes do planeta, pois com o crescimento da China, os EUA temem que os carros fabricados por eles tenham pouca aceitação mundial.
- (D) Defesa de aliados: O apoio a aliados, como a Rússia e a China, é uma razão proeminente para o envolvimento contínuo na região e a manutenção de uma presença militar significativa.
- (E) Demonstração de força: Algumas movimentações de tropas e navios, como no Caribe ou perto da Rússia, são descritas oficialmente como operações antidrogas ou demonstrações de força, visando a dissuasão de adversários.







RASCUNHO

Nas questões que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 17

No que diz respeito às funcionalidades e às inovações de produtividade dos sistemas operacionais Windows (versões 10 e 11), é correto afirmar que

- (A) o Windows 11 introduziu o recurso Snap Layouts, que permite ao usuário dividir a tela em diferentes *layouts* predefinidos, acessível ao passar o *mouse* sobre o botão de maximizar de uma janela.
- (B) a ferramenta de pesquisa do Windows 10 e 11 é aplicada ao conteúdo armazenado localmente no disco rígido do computador e ao OneDrive, mas não integra resultados de outros serviços *online*.
- (C) a tecla de atalho  +  é utilizada para abrir o explorador de arquivos e navegar pelas pastas.
- (D) os *widgets*, no Windows 11, são pequenas aplicações gráficas que são fixadas na Área de Trabalho.
- (E) a funcionalidade Task View – Visão de Tarefas – presente nas versões Windows 10 e 11, pode ser acessada por meio das teclas de atalho  + .

QUESTÃO 18

Para monitorar as métricas de desempenho do atendimento, o analista recebe dados em uma planilha eletrônica do Microsoft Excel no Office 365. Ele precisa calcular o total de atendimentos de alta complexidade. Considerando-se a fórmula =SOMASE(A1:A5; “Alta”; B1:B5), na qual as células A1:A5 contêm os tipos de complexidade (“Baixa”, “Média”, “Alta”) e as células B1:B5 contêm o número de atendimentos. Com base nessas informações, assinale a opção que apresenta a função dessa fórmula.

- (A) A fórmula soma todas as células do intervalo B1:B5, ignorando o critério “Alta”.
- (B) A fórmula verifica o intervalo A1:A5 em busca do critério “Alta” e soma as células correspondentes do intervalo A1:A5.
- (C) A fórmula calcula a soma de todas as células do intervalo B1:B5 que são diferentes do valor “Alta”.
- (D) A fórmula soma os valores contidos no intervalo B1:B5, somente se a célula correspondente no intervalo A1:A5 satisfizer o critério de ser igual a “Alta”.
- (E) A fórmula conta quantas células em A1:A5 contêm o texto “Alta” e retorna esse número.

QUESTÃO 19

Devido à modalidade de trabalho híbrido, o assistente de atendimento participa de reuniões virtuais regularmente, utilizando o Microsoft Teams. Ao configurar uma reunião, ele precisa garantir que a comunicação seja eficiente e controlada. Com base nessa informação, assinale a opção que apresenta uma funcionalidade correta e nativa do Microsoft Teams para a realização de reuniões virtuais.

- (A) O recurso Live Captions está disponível, mas exige que o usuário tenha um plano *premium* para a visualização.
- (B) Durante a reunião, a função Levantar a Mão desabilita o microfone do participante para evitar interrupções, sendo uma regra de etiqueta digital.
- (C) A Sala de Espera – Lobby – só pode ser utilizada se a reunião tiver participantes com contas de *e-mail* de domínios diferentes.
- (D) É possível alterar o plano de fundo – *background* – durante a reunião, mas apenas utilizando imagens pré-aprovadas pela Microsoft.
- (E) O Microsoft Teams permite que o organizador utilize o recurso de Sala de Espera – Lobby –, para aprovar a entrada de convidados antes que eles ingressem na reunião principal.

QUESTÃO 20

Um assistente de atendimento estava utilizando o navegador Google Chrome para acessar o sistema de cobrança, que opera via Intranet. Ele recebeu um alerta de segurança do Firewall do Windows, informando que o navegador *chrome.exe* estava tentando “aceitar conexões de entrada” na rede pública e privada, e perguntou se deve permitir ou bloquear essa ação.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o procedimento de segurança correto que o analista deve tomar, considerando o princípio de privilégio mínimo, é

- (A) verificar se o Antispyware está ativo e, se estiver, permitir a conexão, pois o Firewall está dando um falso positivo.
- (B) permitir a conexão, mas apenas na rede privada, pois isso é necessário para que a Intranet funcione corretamente.
- (C) bloquear a conexão, pois um navegador *web* (*software* cliente) não deve, em operação normal, precisar “aceitar conexões de entrada” para funcionar.
- (D) desinstalar o Google Chrome e utilizar o Mozilla Firefox, pois esse comportamento indica um vírus específico do Chrome.
- (E) permitir a conexão, pois o Google Chrome precisa dessa permissão para atualizar automaticamente os seus *plugins* e extensões.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

QUESTÃO 21



De acordo com Martins (2000), a essência da Administração Pública reside em seu propósito fundamental de servir à coletividade, garantindo a promoção do bem comum e o atendimento das legítimas demandas sociais. Contrasta-se, portanto, com a utilização da máquina estatal para fins de benefício particular ou de terceiros, coibindo desvios e conflitos de interesse. Em um cenário de crescente transparência e vigilância social, a sociedade contemporânea reafirma o seu imperativo categórico por uma gestão pública pautada pela ética, integridade e probidade, intensificando a cobrança por condutas que espelhem a responsabilidade inerente à função pública. Considerando essas informações, assinale a opção correta.

- (A) O patrimonialismo é a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.
- (B) As regras deontológicas consistem em princípios ou em valores que norteiam a conduta do agente público, tais como a dignidade, o decoro, o zelo e a eficácia.
- (C) O papel precípua das comissões de ética é de caráter investigativo e sancionatório.
- (D) As comissões de ética têm a prerrogativa de aplicar sanções de suspensão do cargo.
- (E) Há conflito de interesses somente enquanto o agente público estiver no cargo, não havendo como configurá-lo após o exercício.

QUESTÃO 22



Os princípios acerca da atuação da Administração Pública são preceitos fundamentais da ordem constitucional e verdadeiros reitores dos comportamentos do Poder Público. À luz dessa informação, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da legalidade significa que a Administração Pública tem a prerrogativa de realizar atos que não sejam expressamente proibidos pela lei.
- (B) O procedimento licitatório e a exigência de concurso público decorrem imediatamente do princípio da eficiência.
- (C) A vedação à prática de nepotismo decorre do princípio da moralidade, e não há necessidade de lei formal para a proibição, considerando que decorre diretamente dos princípios contidos na Constituição Federal de 1988.
- (D) A publicidade representa a condição de existência, o que é requisito para que os atos administrativos produzam efeitos.
- (E) A ilegalidade de atos administrativos deve se resolver no Poder Judiciário, já que a Administração não pode anular os seus próprios atos.

QUESTÃO 23



Os princípios da Administração Pública, como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, consagrados no art. 37 da Constituição Federal de 1988, transcendem a esfera de meras diretrizes teóricas, desdobrando-se em uma complexa e interligada rede de normas infraconstitucionais e práticas administrativas. A correta compreensão de como esses princípios se materializam em regras e em vedações específicas é fundamental para avaliar a aderência e a integridade da gestão pública. A partir dessa informação, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da publicidade não admite exceções, pois toda e qualquer informação produzida ou custodiada pelo Poder Público deve ser pública.
- (B) A exigência de declaração de bens e de valores dos agentes públicos no momento da posse e anualmente, por ser uma medida de controle patrimonial, é uma manifestação direta do princípio da publicidade.
- (C) A vedação à promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade oficial de atos, programas, obras, serviços e campanhas governamentais, prevista na Constituição Federal de 1988, é uma clara aplicação do princípio da eficiência.
- (D) O direito fundamental de acesso à informação, assegurado constitucionalmente e regulamentado pela Lei nº 12.527/2011, é um desdobramento direto e essencial do princípio da legalidade.
- (E) A busca pela otimização de recursos, a racionalização de procedimentos e a avaliação constante de resultados na Administração Pública decorrem do princípio da eficiência constitucional.

QUESTÃO 24



Assinale a opção que apresenta as autoridades, os órgãos ou os Poderes responsáveis por aplicar as sanções da Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa.

- (A) o Poder Judiciário
- (B) o Ministério Público
- (C) os tribunais de contas
- (D) as comissões de ética
- (E) os conselhos de fiscalização profissional

QUESTÃO 25



Um agente público, responsável pela chefia do setor de análise de projetos em um importante órgão regulador federal, foi reconhecido por sua atuação técnica. No entanto, ele frequentemente aceitava convites para palestras e *workshops* exclusivos promovidos por grandes conglomerados empresariais do setor que o seu órgão regulava. Embora não recebesse cachê, o agente público aceitava, em algumas ocasiões, presentes de cortesia, mas que possuíam valor considerável, como passagens aéreas de classe executiva, hospedagens em hotéis de luxo e, até mesmo, presentes diretos, como ingressos para *shows*, eventos e equipamentos eletrônicos. Adicionalmente, ele costumava orientar informalmente e fora do expediente alguns representantes dessas empresas no que diz respeito à melhor forma de adequar os seus projetos às normativas e às necessidades do órgão, sem que houvesse qualquer evidência de influência direta em decisões formais de licenciamento ou favorecimento explícito em processos conduzidos por ela ou por sua equipe. A conduta, contudo, é vista por colegas como uma aproximação excessiva com o setor regulado.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) A aceitação dos presentes de cortesia, ainda que de valor considerável e oriundos de empresas reguladas, não configura qualquer ilícito, uma vez que não há comprovação de contrapartida ou favorecimento explícito em processos conduzidos por sua equipe.
- (B) As orientações informais fornecidas a representantes de empresas reguladas, fora do expediente, não podem ser consideradas uma violação do princípio da impessoalidade, já que não houve ato formal ou decisão influenciada.
- (C) A aproximação excessiva com o setor regulado é uma falha de conduta que será avaliada apenas no âmbito disciplinar interno do órgão, não havendo a possibilidade de repercussão na esfera da improbidade administrativa.
- (D) Para que o recebimento de presentes configure ato de improbidade por enriquecimento ilícito, é indispensável a comprovação do dolo, ou seja, da vontade livre e consciente do agente público de auferir uma vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de seu cargo.
- (E) Caso a comissão de ética do órgão conclua pela infração ética, ela poderá aplicar ao agente público a suspensão do cargo e multas.

QUESTÃO 26



O Acordo de Leniência, introduzido pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), representa um pilar estratégico no combate a ilícitos contra a Administração Pública. Ao incentivar a colaboração de pessoas jurídicas envolvidas em práticas corruptas, esse instituto visa dismantlar esquemas criminosos, identificar outros infratores e obter provas cruciais, transcendendo a mera punição individual. Considerando essa informação e acerca desse instituto e de sua regulamentação pela Lei nº 12.846/2013, assinale a opção correta.

- (A) O acordo de leniência poderá ser celebrado com a pessoa jurídica que se manifestar em segundo lugar sobre o seu interesse em cooperar, desde que a sua colaboração seja mais efetiva.
- (B) A celebração do acordo de leniência isenta a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- (C) Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, contanto que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições estabelecidas.
- (D) O Tribunal de Contas da União é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal.
- (E) Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de cinco anos.

QUESTÃO 27



Um cidadão teve um pedido de licença ambiental negado por uma autoridade administrativa e desejava interpor um recurso administrativo para reverter a decisão.

Com base nessa situação hipotética e na Lei nº 9.784/1999, assinale a opção correta.

- (A) O recurso administrativo sobre a negativa da licença deve ser sempre dirigido diretamente à autoridade hierarquicamente superior àquela que proferiu a decisão.
- (B) Se, na análise do recurso, puder haver gravame à situação do cidadão, este deverá ser cientificado para que formule as suas alegações antes da decisão.
- (C) O cidadão deverá realizar depósito de caução em dinheiro para que o seu recurso seja processado.
- (D) A autoridade que decide o recurso administrativo tem a prerrogativa apenas de prover ou de negar provimento, nos exatos termos da matéria recorrida.
- (E) O recurso administrativo não pode ser conhecido, pois deveria ter sido interposto por advogado regularmente inscrito na OAB da unidade federativa da sede do órgão.

QUESTÃO 28

Acerca dos prazos estabelecidos na Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação –, assinale a opção correta.

- (A) O prazo para atendimento de um pedido de informação é de 30 dias.
- (B) O prazo para recorrer da decisão de indeferimento de acesso às informações é de três dias.
- (C) O prazo máximo de restrição de acesso à informação no grau ultrassecreto é de 50 anos.
- (D) As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem terão o seu acesso restrito pelo prazo máximo de 25 anos.
- (E) O prazo máximo de restrição de acesso à informação no grau reservado é de cinco anos.

QUESTÃO 29

Acerca das competências dos órgãos e das autoridades do Conselho Regional de Administração do Estado de São Paulo (CRA-SP), definidas em seu regimento interno, assinale a opção que apresenta uma competência do presidente do CRA-SP.

- (A) representar legalmente o CRP-SP
- (B) aprovar a concessão de reajustes, promoções e progressões do quadro de pessoal do CRA
- (C) deliberar sobre a aquisição de bens imóveis para o patrimônio do CRA-SP
- (D) julgar os balancetes mensais do Conselho Regional de Administração a serem encaminhados para o Conselho Federal de Administração
- (E) responsabilizar-se pela guarda dos documentos e dos livros contábeis, fiscais e bancários

QUESTÃO 30

A Lei de Licitações e Contratos organizou a fase da habilitação no procedimento licitatório, para a verificação da idoneidade e da capacidade do licitante para ser contratado pela Administração Pública. Acerca das regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 para o registro ou para a inscrição na entidade profissional competente de licitante, em especial, no CRA, assinale a opção correta.

- (A) A exigência de inscrição no CRA é vedada pela Lei.
- (B) A exigência de inscrição no CRA é exigência de habilitação jurídica.
- (C) É obrigatória, na qualificação técnica, a exigência de inscrição no CRA em licitações para a terceirização de serviços.
- (D) É admissível, na habilitação técnica, a exigência de inscrição no CRA, desde que o objeto da licitação se refira à atividade sujeita ao referido registro, na forma legal.
- (E) A exigência de inscrição no CRA é a exigência de habilitação fiscal.

**RASCUNHO**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31



Durante processo de capacitação interna, a equipe do Conselho Regional de Administração de São Paulo (CRA-SP) analisou situações práticas relacionadas à conduta de seus servidores e à observância dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Considerando essa informação e a Constituição Federal de 1988, assinale a opção que apresenta um desses princípios aplicáveis à atuação administrativa.

- (A) A publicidade pode ser dispensada por conveniência da Administração Pública, sem necessidade de justificativa legal.
- (B) A eficiência busca assegurar resultados com economicidade e qualidade na gestão pública.
- (C) A moralidade administrativa depende de regulamentação específica para ter validade.
- (D) O princípio da legalidade limita-se ao Poder Legislativo.
- (E) A impessoalidade impede a responsabilização individual dos agentes públicos.

QUESTÃO 32



Durante auditoria interna, o CRA-SP identificou a necessidade de contratar empresa especializada para serviços de manutenção predial preventiva e corretiva em sua sede. Na fase de elaboração do edital, a equipe técnica destacou a importância de observar os princípios que regem as licitações públicas, conforme a Lei nº 14.133/2021, para garantir lisura e eficiência no certame.

Considerando essa situação hipotética e a legislação aplicável, assinale a opção que apresenta um princípio previsto nessa Lei.

- (A) O princípio da competitividade assegura igualdade entre os licitantes e impede restrições injustificadas que limitem a ampla participação no processo.
- (B) A isonomia entre licitantes aplica-se apenas à fase de julgamento, sem alcançar as etapas de habilitação ou execução contratual.
- (C) O julgamento das propostas pode empregar critérios subjetivos de conveniência, desde que sejam fundamentados pela autoridade responsável pela licitação.
- (D) A legalidade é princípio restrito à execução contratual, não abrangendo as fases preparatórias ou de habilitação do procedimento.
- (E) A vinculação ao edital é princípio facultativo, aplicável apenas quando houver previsão expressa no instrumento convocatório da licitação.

QUESTÃO 33



No início do exercício financeiro de 2025, o CRA-SP iniciou o processo de elaboração de sua lei orçamentária anual (LOA), instrumento que orienta a execução das receitas e despesas do exercício. Durante a análise técnica da proposta da lei orçamentária anual (LOA), a equipe de planejamento do CRA-SP destacou a importância de observar as normas gerais de direito financeiro previstas na Lei nº 4.320/1964, especialmente quanto à estrutura e ao conteúdo do orçamento público.

Com base nessa situação hipotética e nessa Lei, assinale a opção que apresenta uma regra aplicável à lei orçamentária anual.

- (A) A LOA deve conter apenas a previsão das receitas e poderá incluir as despesas de capital em legislação complementar específica.
- (B) A LOA compreenderá somente o orçamento fiscal da União, sem incluir as empresas estatais ou a seguridade social prevista em Lei.
- (C) A LOA possui vigência plurianual e deve ser compatível com o Plano Plurianual e com as metas da lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) A LOA compreenderá as despesas fixadas e as receitas previstas para o exercício financeiro.
- (E) A LOA é elaborada pelo Poder Legislativo e encaminhada ao tribunal de contas para análise técnica e publicação oficial anual.

QUESTÃO 34



Durante um treinamento interno sobre as normas internacionais de contabilidade, a equipe de uma empresa Ltda. analisou o CPC 00 (R2) – estrutura conceitual para relatório financeiro, com foco na utilidade da informação contábil para investidores, credores e demais usuários externos. Durante o debate, surgiu uma dúvida a respeito de quais atributos tornam a informação contábil realmente útil para a tomada de decisão, segundo os fundamentos conceituais desse pronunciamento técnico.

Com base nessa situação hipotética e no pronunciamento técnico, assinale a opção que apresenta as características qualitativas fundamentais da informação contábil útil.

- (A) Comparabilidade e verificabilidade, pois asseguram que as demonstrações financeiras mantenham coerência entre períodos e permitam confirmação independente dos dados apresentados.
- (B) Relevância e representação fidedigna, pois garantem que as informações contábeis tenham valor preditivo e expressem de forma completa e neutra os eventos econômicos.
- (C) Oportunidade e objetividade, pois proporcionam informações tempestivas aos usuários e eliminam julgamentos subjetivos durante o processo de elaboração das demonstrações contábeis.
- (D) Clareza e tempestividade, pois favorecem a compreensão dos relatórios e permitem acesso rápido às informações necessárias à avaliação das decisões econômicas.
- (E) Prudência e consistência, pois asseguram uniformidade nos critérios contábeis e reduzem a possibilidade de erros na mensuração de ativos e passivos.

QUESTÃO 35



Uma empresa Ltda., comercial atacadista, adquiriu mercadorias para revenda em junho de 2025, conforme os gastos a seguir.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Preço das mercadorias	150.000
Frete sobre compras	4.500
Seguro da carga	1.000
ICMS recuperável	7.500
Embalagens utilizadas na revenda	1.200
Despesas administrativas	2.800
Juros do financiamento da compra	2.000

Com base nessa situação hipotética e no CPC 16 (R1) – Estoques, assinale a opção que apresenta os valores que compõem o custo de aquisição das mercadorias e o total correspondente.

- (A) preço das mercadorias, ICMS recuperável e juros sobre financiamento. Total: R\$ 159.500
- (B) preço das mercadorias, frete, seguro e ICMS recuperável. Total: R\$ 163.000
- (C) preço das mercadorias, frete, seguro e embalagens de revenda. Total: R\$ 156.700
- (D) preço das mercadorias, frete, seguro e despesas administrativas. Total: R\$ 158.300
- (E) preço das mercadorias, frete, seguro e juros sobre financiamento. Total: R\$ 157.500

QUESTÃO 36



O CRA-SP elaborou seu Relatório de Gestão Fiscal (RGF), documento exigido pela Lei Complementar nº 101/2000 com o objetivo de demonstrar o cumprimento dos limites fiscais e das condições da responsabilidade na gestão das contas públicas.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a opção que apresenta informação obrigatória nesse relatório.

- (A) Resultado primário consolidado e metas fiscais atualizadas pelo Poder Executivo.
- (B) Indicadores de desempenho operacional e produtividade dos servidores ativos.
- (C) Limites e condições relativos à despesa com pessoal, dívida consolidada e operações de crédito.
- (D) Previsão da receita e programação de desembolso financeiro para o exercício seguinte.
- (E) Avaliação do cumprimento das metas do plano plurianual e das diretrizes orçamentárias.

QUESTÃO 37



A contabilidade aplicada ao setor público (CASP) tem como objetivo principal fornecer informações úteis para o controle social, a tomada de decisão e a responsabilização dos gestores públicos. Nesse contexto, as demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/1964 e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 11ª edição, 2024) constituem instrumentos essenciais de transparência e evidenciação patrimonial. Com base nessas informações e nessas normas, assinale a opção que apresenta corretamente o papel conceitual da contabilidade pública e das demonstrações contábeis na Administração Pública.

- (A) A contabilidade pública limita-se ao registro das receitas e despesas orçamentárias, não abrangendo os atos administrativos sem execução financeira.
- (B) As demonstrações contábeis têm como finalidade principal atender ao controle externo, não possuindo função gerencial ou de apoio à gestão pública.
- (C) A contabilidade pública evidencia a execução orçamentária e financeira, o patrimônio público e as suas variações, servindo de base para a avaliação da gestão e para o controle social.
- (D) O balanço patrimonial e o balanço financeiro são instrumentos facultativos, elaborados apenas quando há execução orçamentária superior a determinado limite anual.
- (E) As informações contábeis produzidas pela CASP destinam-se exclusivamente à consolidação nacional das contas públicas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

QUESTÃO 38



De acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o método indireto parte do lucro líquido do exercício e realiza ajustes para evidenciar as entradas e saídas de caixa decorrentes das atividades operacionais. Nesse contexto, alguns itens do resultado representam efetiva movimentação de caixa, enquanto outros são apenas ajustes contábeis sem reflexo financeiro.

Assinale a opção que apresenta uma movimentação efetiva de caixa operacional.

- (A) depreciação do imobilizado
- (B) constituição de provisão para contingências
- (C) apropriação de despesas financeiras a pagar
- (D) recebimento de clientes
- (E) variação cambial passiva ainda não liquidada

QUESTÃO 39

O CRA-SP instaurou procedimento licitatório, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para a contratação de serviços de manutenção de sistemas de ar-condicionado. O edital adotou o critério de julgamento técnica e preço, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Durante a análise, a Comissão de Contratação avaliou a adequação desse critério à natureza e à complexidade do objeto contratado.

Com base nessa situação hipotética e na legislação aplicável, assinale a opção correta.

- (A) O critério de técnica e preço avalia apenas a qualidade técnica das propostas, sendo o valor econômico considerado apenas como requisito de habilitação e não como fator de julgamento.
- (B) O julgamento por técnica e preço prioriza o menor valor ofertado, aplicando-se a nota técnica apenas em caso de empate entre as propostas classificadas pela Administração.
- (C) O critério de técnica e preço combina a avaliação de fatores técnicos e econômicos, ponderando notas e valores para identificar a proposta mais vantajosa à Administração Pública.
- (D) O uso desse critério dispensa a elaboração do termo de referência e do projeto básico, pois a análise técnica já substitui os documentos de planejamento da contratação pública.
- (E) O critério de técnica e preço é exclusivo para obras e serviços de engenharia complexos, sendo vedada a sua aplicação em contratos de natureza comum ou de baixa complexidade técnica.

QUESTÃO 40

O CRA-SP abriu processo licitatório para a contratação de serviços de manutenção elétrica predial. Uma empresa Ltda., enquadrada como empresa de pequeno porte (EPP) e optante pelo Simples Nacional, consultou a comissão de contratação sobre as vantagens previstas na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto ao tratamento favorecido em licitações públicas.

Com base nessa situação hipotética e na legislação aplicável, assinale a opção correta.

- (A) A Administração Pública deve assegurar tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte em todas as licitações.
- (B) As microempresas e as empresas de pequeno porte somente poderão participar de licitações se apresentarem regularidade fiscal total no momento da habilitação.
- (C) As licitações exclusivas para as microempresas e as empresas de pequeno porte são obrigatórias para contratos de até R\$ 150.000.
- (D) O tratamento favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte depende de previsão expressa no edital do certame.
- (E) As microempresas e as empresas de pequeno porte estão dispensadas da apresentação de balanço patrimonial no processo licitatório.

QUESTÃO 41

Durante o encerramento do exercício de 2025, o setor contábil do CRA-SP elaborou o balanço financeiro, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964. Foram apurados, em reais, os valores a seguir.

Receita orçamentária arrecadada	1.200.000
Despesa orçamentária paga	1.050.000
Pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores	40.000
Receita extraorçamentária recebida	30.000
Pagamento de cauções restituídas	10.000

Com base nessa situação hipotética, nos dados descritos e no art. 103 da Lei nº 4.320/1964, assinale a opção que apresenta o resultado financeiro do exercício.

- (A) superávit financeiro de R\$ 130.000
- (B) superávit financeiro de R\$ 100.000
- (C) déficit financeiro de R\$ 100.000
- (D) déficit financeiro de R\$ 130.000
- (E) superávit financeiro de R\$ 150.000

QUESTÃO 42

Durante o segundo quadrimestre de 2025, o setor contábil do CRA-SP verificou que a despesa total com pessoal ultrapassou o limite máximo estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em razão da queda na arrecadação de receitas e do aumento das despesas com pessoal ativo e inativo.

Com base nessa situação hipotética e conforme as determinações da LRF, assinale a opção que apresenta a providência obrigatória a ser adotada para restabelecer o equilíbrio fiscal.

- (A) manter o excesso de despesa até o exercício seguinte, desde que previsto na lei de diretrizes orçamentárias
- (B) reduzir a despesa de pessoal no quadrimestre seguinte, adotando medidas legais para eliminar o excesso
- (C) compensar o valor excedente por meio de operação de crédito autorizada pela Secretaria do Tesouro Nacional
- (D) solicitar autorização ao Poder Executivo estadual para manter os gastos até o encerramento do exercício
- (E) registrar o excesso como restos a pagar, regularizando a execução orçamentária do exercício

QUESTÃO 43

Durante a elaboração da lei orçamentária anual (LOA) de 2025, o setor de planejamento do CRA-SP verificou que o projeto orçamentário incluía normas relativas ao reajuste de gratificações de servidores, omitia receitas de um fundo contábil vinculado e fixava despesas em valor superior à previsão de receitas.

Considerando essa situação hipotética e os princípios orçamentários previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 4.320/1964, assinale a opção que apresenta o entendimento técnico correto.

- (A) Foi atendido o princípio da unidade, já que as receitas do fundo podem ser tratadas em orçamento específico, sem descumprimento legal.
- (B) O princípio do equilíbrio admite déficit orçamentário, desde que compensado por crédito suplementar devidamente autorizado.
- (C) O princípio da exclusividade autoriza incluir matérias relacionadas à política remuneratória de pessoal na LOA.
- (D) Foram violados os princípios da universalidade e da exclusividade, que vedam a omissão de receitas e a inclusão de matérias estranhas à lei orçamentária.
- (E) Foram observados os princípios da anualidade e do equilíbrio, pois o orçamento limita-se a um exercício financeiro e busca compatibilizar receitas e despesas.

QUESTÃO 44

Em 31/12/20X1, uma empresa de equipamentos industriais S.A. foi notificada sobre ação trabalhista movida por ex-empregados, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. O departamento jurídico estimou um desembolso de R\$ 600.000, a ser pago em 31/12/20X3, e a área contábil determinou a taxa de desconto de 8% a.a., conforme o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 31/12/20X2, após nova avaliação, o valor provável foi reestimado para R\$ 660.000, mantendo-se o mesmo prazo e taxa.

Com base nessa situação hipotética e nos CPC 25, CPC 12 e CPC 26, assinale a opção que apresenta o tratamento contábil correto e o valor atualizado da provisão em 31/12/20X2.

- (A) A provisão deve permanecer registrada por R\$ 600.000, pois o valor nominal somente é ajustado quando ocorrer o desembolso efetivo da obrigação.
- (B) A provisão deve ser reduzida a valor presente e reconhecida inicialmente por R\$ 514.800, mantendo esse valor até o encerramento do passivo.
- (C) A provisão deve ser atualizada financeiramente e ajustada pela nova estimativa, totalizando aproximadamente R\$ 611.100 em 31/12/20X2.
- (D) A provisão deve ser integralmente revertida, visto que a revisão de estimativa descaracteriza a obrigação previamente reconhecida.
- (E) A provisão deve ser reclassificada como passivo contingente, por depender de decisão judicial definitiva quanto ao seu desfecho.

QUESTÃO 45

Uma empresa S.A. identificou, em 20X5, um erro material nas demonstrações financeiras de 20X3, referente à omissão de um passivo de R\$ 1.000.000. O contador responsável avaliou que a correção desse erro impactaria o lucro acumulado e exigiria ajustes no saldo de abertura do patrimônio líquido de 1/1/20X4.

Com base nessa situação hipotética e no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis – e nas disposições acerca da reapresentação retrospectiva, assinale a opção que apresenta o procedimento correto para correção do erro e divulgação das demonstrações comparativas.

- (A) O erro deve ser ajustado prospectivamente, reconhecendo-se o efeito na demonstração de resultado de 20X5, sem necessidade de republicação das demonstrações anteriores.
- (B) A empresa deve ajustar o saldo inicial do patrimônio líquido de 1/1/20X4, reapresentando as informações comparativas de 20X3 e evidenciando a correção em notas explicativas.
- (C) A reapresentação retrospectiva é dispensada, bastando incluir a nota explicativa que descreva a natureza do erro e os efeitos estimados sobre o patrimônio líquido.
- (D) O ajuste deve ser efetuado por meio de reavaliação de ativo, com reconhecimento direto no resultado abrangente de 20X5.
- (E) O CPC 26 (R1) proíbe a republicação de demonstrações contábeis, devendo os efeitos ser reconhecidos apenas no exercício subsequente.

QUESTÃO 46

Durante o processo de fortalecimento da governança e da integridade institucional, o CRA-SP implantou sua unidade de auditoria interna, vinculada diretamente à presidência. O auditor-chefe destacou que a função deve seguir as diretrizes da NBC TI 01 – Norma Brasileira de Contabilidade de Auditoria Interna (Resolução CFC nº 1.614/2020), que define princípios, responsabilidades e finalidades dessa atividade no setor público.

Considerando essa situação hipotética e as normas da NBC TI 01, assinale a opção que apresenta o papel e os objetivos da auditoria interna.

- (A) avaliar e aperfeiçoar a governança, os controles e a gestão de riscos, com atuação independente e objetiva voltada a agregar valor institucional
- (B) executar análises contábeis e financeiras periódicas com foco principal na identificação de falhas e apuração de responsabilidades funcionais
- (C) realizar atividades de auditoria sob solicitação eventual da alta administração, sem competência para atuar de forma preventiva ou contínua
- (D) verificar registros contábeis e atos administrativos quanto à conformidade legal, restringindo-se à observância das normas fiscais aplicáveis
- (E) produzir relatórios de caráter apenas consultivo, subordinando-se tecnicamente às áreas auditadas e sem autonomia funcional própria

QUESTÃO 47



Durante o fechamento da folha no eSocial referente à competência abril/2025, a empresa Ltda. percebeu que os débitos previdenciários não apareceram na DCTFWeb. Ao revisar o sistema, o contador verificou que o evento S-1299 não havia sido transmitido.

Considerando o funcionamento do eSocial, assinale a opção correta.

- (A) O S-1200 substitui o S-1299 nas competências em que não houver mudança significativa na folha.
- (B) A ausência do S-1299 não impede a apuração, pois o eSocial fecha automaticamente toda a competência informada.
- (C) A DCTFWeb consolida os débitos com base apenas nos eventos S-1210 e na EFD-Reinf recebida mensalmente.
- (D) O S-1299 é obrigatório apenas para empresas não optantes pelo Simples Nacional, conforme entendimento geral.
- (E) Sem o envio válido do S-1299, o eSocial não envia as bases à DCTFWeb, impedindo a consolidação dos débitos.

QUESTÃO 48



Uma empresa de equipamentos médicos Ltda., fabricante de dispositivos hospitalares, implantou um sistema de Custeio Baseado em Atividades (*Activity-Based Costing* – ABC) para aprimorar o controle de custos indiretos de fabricação. Durante a análise, verificou-se que atividades como *setups* de máquinas, inspeção de qualidade e movimentação interna de materiais consumiam recursos de forma significativa, sem relação direta com o volume de produção.

Com base nessa situação hipotética e nos conceitos de Kaplan e Cooper e nas normas contábeis aplicáveis (NBC TG 16 – Estoques / CPC 16), assinale a opção que apresenta o princípio fundamental e a vantagem gerencial do método de custeio ABC.

- (A) O custeio ABC distribui custos indiretos segundo direcionadores que representam o consumo real das atividades, permitindo mensurações mais precisas e decisões gerenciais fundamentadas.
- (B) O custeio ABC elimina os custos indiretos de fabricação, redistribuindo todos os valores de forma proporcional às horas de mão de obra aplicadas na produção.
- (C) O custeio ABC é indicado apenas para empresas que fabricam poucos produtos e apresentam processos produtivos homogêneos e de baixa complexidade operacional.
- (D) O custeio ABC é voltado para fins fiscais, substituindo os métodos tradicionais de rateio previstos na legislação tributária vigente e aplicáveis ao lucro real.
- (E) O custeio ABC trata todos os custos fixos como variáveis, considerando o comportamento das atividades e não a estrutura produtiva da organização.

QUESTÃO 49



O CRA-SP, como autarquia federal dotada de autonomia administrativa e financeira, deve observar os princípios da publicidade, transparência e prestação de contas na gestão dos recursos públicos que arrecada. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Decreto-Lei nº 200/1967 e a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a opção que apresenta a obrigação do CRA-SP quanto à divulgação de suas informações financeiras e administrativas.

- (A) O Conselho deve divulgar receitas, despesas, licitações e relatórios contábeis de forma ativa, garantindo acesso público às informações e observando os princípios da transparência, moralidade administrativa e controle social previstos na legislação vigente.
- (B) A divulgação das informações financeiras ocorre mediante autorização do Conselho Federal, responsável pela consolidação das contas regionais e pela fiscalização da regularidade contábil e orçamentária dos órgãos integrantes do sistema profissional em todo o País.
- (C) As autarquias corporativas estão dispensadas da aplicação integral da Lei de Acesso à Informação, devido ao seu regime administrativo especial e à ausência de previsão orçamentária direta no orçamento fiscal e social da União.
- (D) A publicidade das demonstrações contábeis é obrigatória somente quando houver determinação formal do Tribunal de Contas da União, não sendo exigida de modo contínuo ou automático pelos órgãos de controle externo.
- (E) O Conselho pode restringir o acesso a relatórios contábeis e orçamentários, fundamentando-se na proteção de dados administrativos e no sigilo profissional aplicável às informações internas relacionadas à atividade da entidade fiscalizadora.

QUESTÃO 50



Uma empresa Ltda. apresentou o seguinte balanço patrimonial em 31/12/20X4 (valores em R\$).

ATIVO	R\$
Ativo Circulante	450.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	100.000
Aplicações Financeiras	50.000
Clientes	190.000
Estoques	110.000
Ativo Não Circulante	550.000
Imobilizado	420.000
Investimentos	130.000
Total do Ativo	1.000.000

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$
Passivo Circulante	300.000
Fornecedores	150.000
Obrigações Trabalhistas	70.000
Empréstimos de Curto Prazo	80.000
Passivo Não Circulante	200.000
Patrimônio Líquido	500.000
Total do Passivo + PL	1.000.000

Com base nessa situação hipotética, nas informações apresentadas e conforme o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, assinale a opção que apresenta os índices de liquidez corrente e de liquidez seca da empresa em 31/12/20X4.

- (A) liquidez corrente: 1,20 liquidez seca: 1
- (B) liquidez corrente: 1,40 liquidez seca: 1
- (C) liquidez corrente: 1,60 liquidez seca: 1,20
- (D) liquidez corrente: 1,50 liquidez seca: 1,10
- (E) liquidez corrente: 1,80 liquidez seca: 1,30

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

“A contabilidade pública é um instrumento essencial para a construção de um Estado mais eficiente, transparente e comprometido com o interesse coletivo. Ao registrar, controlar e evidenciar os atos e fatos da administração pública, ela fortalece os pilares da democracia, assegura o uso responsável dos recursos públicos e sustenta decisões baseadas em dados e evidências.”

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – Plano Estratégico do Comitê Permanente para Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CP CASP) 2025-2029, p. 11.

“Nesse cenário, a Contabilidade Pública assume papel estratégico: transformar dados em informações úteis para a tomada de decisão, subsidiar gestores e assegurar transparência, controle social e cidadania ativa.”

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) nº 274, julho/agosto de 2025, reportagem “Contabilidade pública brasileira em foco: avanços, desafios e o papel estratégico da profissão”, página de abertura (p. 5) ou “Palavra do Presidente.

Considerando que os textos acima tenham caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A contabilidade pública como instrumento de governança, integridade e controle social na Administração Pública contemporânea

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) importância da contabilidade pública para a transparência e o controle social;
- b) papel do contador público na implementação das práticas de governança e integridade; e
- c) desafios e oportunidades decorrentes da transformação digital da gestão pública.